



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 06/08/1996
C	<i>[Assinatura]</i>
Rebidas	

**Processo nº : 11065.000388/93-92**

Sessão de : 22 de agosto de 1995

**Acórdão nº : 202-07.945**

**Recurso nº : 96.116**

Recorrente : VARIMAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CORRENTES LTDA.

Recorrida : DRF em Novo Hamburgo - RS

**IPI - ENCARGOS DA TRD.** Inaplicabilidade no período anterior a 01.08.91, pelo princípio da irretroatividade da lei tributária. **Recurso provido parcialmente.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por VARIMAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CORRENTES LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, para excluir os encargos da TRD no período de 04/02 a 29/07/91.**

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1995

Helvio Escoyedo Barcellos  
**Presidente**

José de Almeida Coelho  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Elio Rothe, Antônio Carlos Bueno Ribeiro, Oswaldo Tancredo de Oliveira, Tarásio Campelo Borges, José Cabral Garofano e Daniel Corrêa Homem de Carvalho.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo nº : 11065.000388/93-92**

**Acórdão nº : 202-07.945**

**Recurso nº : 96.116**

**Recorrente : VARIMAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CORRENTES LTDA.**

## RELATÓRIO

O objeto deste recurso voluntário é a reforma da decisão recorrida (fls. 36/39), que ,ao indeferir a petição impugnativa, resumiu seus fundamentos denegatórios sob a seguinte ementa:

### “TRIBUTO

Inconstitucionalidade e jurisprudência externa não podem ser analisadas a nível administrativo (PN CST 329/70, e Decreto 73.259/74)  
**IMPUGNAÇÃO IMPROCEDENTE”.**

Como razões de recurso a este Colegiado, volta a insistir na inaplicabilidade da TRD, como juros de mora, em período anterior à edição da Lei nº 8.218/91.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

234

Processo nº : 11065.000388/93-92

Acórdão nº : 202-07.945

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR JOSÉ DE ALMEIDA COELHO

O recurso voluntário foi manifestado dentro do prazo legal. Dele conheço por tempestivo.

O que se discute neste apelo é tão-somente a aplicação da TRD, como atualizador do crédito tributário, no período anterior à vigência da Lei nº 8.218/91.

Esta matéria é pacífica em todas as Câmaras dos três Conselhos de Contribuintes, inclusive já decidida pela Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Tendo em vista que a Lei nº 8.383/91, pelos seus artigos 80 a 87, ao autorizar a compensação ou a restituição dos valores exigidos a título de encargos da TRD, instituída pela Lei nº 8.177/91, considerou indevidos tais encargos e, ainda, pelo fato da não-aplicação retroativa do disposto no artigo 30 da Lei nº 8.218/91, devem ser excluídos da exigência os valores da TRD relativos ao período de fevereiro a 29 de julho de 1991, quando então foram instituídos os juros de mora equivalentes à TRD, pela Medida Provisória nº 298/91 e a Lei nº 8.218/91.

Recurso provido em parte.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1995

JOSE DE ALMEIDA COELHO